

Comunidade às
Universidades Federais

COMUNICADO ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS

As Universidades Federais vivem um momento de intenso debate em torno de temas como a carreira docente e sua remuneração, as formas de financiamento e o papel das instituições federais no sistema de ensino superior do País.

É importante que este debate se processe com base em fatos e análises concretas, e que não se limite à repetição inócua de slogans como os do “sucateamento do ensino superior” ou da “privatização da Universidade pública”.

Um país financia universidades por esperar que delas venha a liderança intelectual da nação. Supomos que sejam o foco de irradiação do pensamento científico e de estilos mais inteligentes de captar o que se passa no mundo. Portanto, devemos esperar que o registro de eventuais insatisfações e a apresentação das reivindicações do setor sejam feitas com a maturidade analítica atingida pelos seus melhores expoentes, cujo nível justifica os gastos da sociedade com a instituição.

Os dados e indicadores de desempenho e desenvolvimento das IFES mostram que, de 1994 a 2000 houve avanços significativos na universidade pública brasileira. São esses dados e indicadores que venho apresentar ao público e à comunidade acadêmica, visando contribuir para a formação de uma opinião esclarecida sobre a política universitária do MEC.

Ao fazê-lo, o MEC reconhece a missão e a responsabilidade diferenciada das Instituições Federais de Ensino Superior. A estas, juntamente com o sistema estadual público de universidades mais qualificadas, cabe estabelecer o padrão de ensino e pesquisa e qualificar docentes e pesquisadores para a produção de conhecimento em todo o país. Outra responsabilidade igualmente essencial dessas instituições com o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia, é de capacitar o país a atuar na fronteira científica e tecnológica, para que possamos competir em nível internacional. São e permanecem sendo, portanto, referencial de qualificação do sistema como um todo.

As IFES têm, na verdade, passado por um acelerado processo de transformações, dando uma resposta positiva, em inúmeros campos, aos estímulos das políticas públicas e às demandas da sociedade. Entre outros aspectos, houve mudanças importantes de atitude das comunidades acadêmicas, que ousaram se abrir e responder às demandas da sociedade; o aprimoramento dos padrões gerenciais das instituições; a utilização em maior escala da capacidade de inovação e iniciativa, com a multiplicação das interfaces da instituição com os diferentes segmentos da sociedade.

gerência e gestão da instituição

Um breve exame dos dados e indicadores de desenvolvimento e desempenho (1994 a 2000) das IFES em relação a períodos anteriores comprova que está havendo na verdade significativos avanços.

O SISTEMA FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR CRESCEU MAIS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS DO QUE NOS PERÍODOS ANTERIORES

A graduação e a pós-graduação cresceram em quantidade e em qualidade

Entre 1980 e 1994, as matrículas na graduação do sistema federal de ensino superior tiveram um crescimento de 12,7 por cento. De 1995 a 2000, a expansão foi de 31,2 por cento. O número de vagas, no mesmo período, aumentou 38 por cento contra 23 por cento no período de 80 a 94, e o de concluintes cresceu 38,3 por cento, contra 10,7 nos últimos 14 anos.

A educação brasileira deu prioridade, nos últimos seis anos, atendendo a uma inadiável dívida social, à universalização do ensino fundamental e à expansão do ensino médio. Hoje, 97 por cento das crianças de 7 a 14 anos estão na escola, e o ensino médio experimenta um crescimento vertiginoso. O número de concluintes do ensino médio saltou de 800 mil em 1994 para 2 milhões em 2000. Com isso, estamos entrando em um novo patamar de demanda em relação ao ensino de terceiro grau. A absorção desta demanda não poderá ser feita exclusivamente pela Universidade Pública Federal, dentro do seu atual perfil de desempenho e de financiamento. Ser contra a expansão do ensino superior privado – sujeito, bem entendido, a padrões de qualidade e avaliação – é uma postura excludente e elitista, que inviabiliza o atendimento dessa nova demanda.

Na pós-graduação, foi significativo o aumento no número de cursos, matrículas e de concluintes de mestrado e doutorado. O número de cursos cresceu 30,4 por cento, o de alunos matriculados cresceu 60,3 por cento. O número de titulados pela pós-graduação passou de 8 mil por ano em 1994 para 18 mil em 2000. Essas informações são particularmente importantes, na medida em que a rede pública de pós-graduação forma e titula docentes para o sistema de ensino superior, introduzindo forte impacto na melhoria da qualidade do conjunto do sistema como um todo.

A CAPES investiu R\$ 1,3 bilhão na pós-graduação brasileira no período 1994-2001, a esse valor devem ser acrescidos os investimentos feitos por outras agências federais, notadamente o CNPq e a FINEP.

O relatório *Avaliação dos Programas de Pós-Graduação 2001*, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) apresenta os resultados da avaliação de 2.357 cursos em todo o País. Destes, 135 obtiveram conceitos 6 ou 7, considerados de excelência, contra 126 na avaliação anterior. Cerca de 57% dos programas estão entre os níveis médio e muito bom, com conceitos 3, 4 ou 5. Apenas 81 programas obtiveram conceitos 1 e 2, tornando seus diplomas inválidos no território nacional.

A produção científica também está em plena expansão. É crescente a participação do Brasil na produção científica mundial. Em 1985 participávamos com 0,48% (2,3 mil artigos), em 1994 0,76% (4,8 mil artigos). Em 2000 são 1,33% ou 9,5 mil artigos.

O aumento da qualificação docente

O avanço mais notável, em relação ao corpo docente das IFES, diz respeito ao aspecto qualitativo. O quadro docente é hoje dos mais qualificados. De 1994 a 2000 o percentual de professores doutores passou de 22% para 39% e o percentual total de professores com titulação de mestrado ou doutorado, que em 1994 era próximo de 60%, no final de 2000 subiu para mais de 75% do total do corpo docente. Cabe dizer que nas universidades cujos cursos foram submetidos ao Exame Nacional de Cursos, o avanço foi ainda mais notável.

Esse aumento expressivo da titulação dos docentes das universidades federais não resultou do acaso, mas de uma política deliberada de estímulo a titulação, com concessão de bolsa e manutenção dos salários aos professores afastados da docência e inscritos em programas de pós-graduação.

De 1995 até hoje, foi autorizada a realização de quase 11 mil novos concursos para provimento de cargos de professor nas IFES.

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE DOCENTES	
JUNHO 1995	2.098
JULHO 1995	2.065
JULHO 1996	2.609
ABRIL 1998	2.100
AGOSTO 2001	2.000
TOTAL	10.972

Fonte: MEC

Nossa relação aluno/professor era das mais baixas. Com a expansão da matrícula nas federais, ela vem melhorando nos últimos anos, tendo passado de 8,4/1 em 1994 para 10,8/1 em 2000 (já chegou a ser de 7/1 em 1990), ainda distante do ideal mas já refletindo o impacto positivo das políticas implementadas e a melhoria da eficiência do sistema.

Esta relação ainda baixa entre alunos e docentes indica a inexistência de déficit de professores no conjunto das instituições. Existem, isto sim, imperfeições na distribuição dos alunos e professores existentes, tanto entre instituições quanto dentro das próprias.

Ao longo da história, o dimensionamento dos quadros de cargos de professores nas instituições federais de ensino superior nem sempre guardou relação com o número real ou mesmo potencial de alunos. Desta forma, algumas poucas instituições concentram uma reserva de cargos que jamais encontrou lastro no quantitativo de alunos, e cujo preenchimento puro e simples agravaria as já dramáticas distorções existentes no sistema, frustrando por completo a possibilidade de correção.

Mesmo a distribuição dos cargos existentes dentro das próprias instituições espelha o resultado de disputas históricas entre faculdades, institutos e departamentos, nas quais, via de regra, os mais antigos e tradicionais apropriaram-se dos maiores quinhões. Assim, existem carências localizadas em departamentos específicos de algumas instituições, para as quais o Ministério tem perseguido soluções igualmente específicas, e não um déficit global calculado de forma simplista pela contagem dos cargos vagos nas instituições.

A constituição dos quadros de empregos das instituições será uma excelente oportunidade para se promover o necessário equilíbrio de oportunidades entre estas. Caberá posteriormente a cada uma delas promover uma distribuição interna que não repita as distorções do passado.

A renovação dos quadros de pessoal, a partir do momento da aprovação da chamada “Lei de Empregos”, deverá resolver o problema do número elevado de professores substitutos, ao redor de 8.011, hoje existentes, muitos deles sem a qualificação necessária.

A questão da remuneração dos professores

Com a implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), em julho de 1998, o MEC tem feito esforços claros no sentido de buscar preservar o valor da remuneração dos professores. Se não é o desejável, como o próprio presidente Fernando Henrique reconhece, demonstra a preocupação do MEC em fazer o possível no sentido de promover a valorização diferenciada do trabalho do professor e o estímulo ao ensino de graduação.

Dentro do funcionalismo público federal, poucos segmentos tiveram tratamento comparável, nos últimos anos, ao do pessoal das universidades:

- Em 1998 foi criada a Gratificação de Estímulo à Docência – GED, que representou expressivo acréscimo de remuneração para os professores, além de constituir

importante instrumento de melhoria qualitativa das instituições, mediante o maior engajamento dos mestres e doutores nos cursos de graduação. Para os professores doutores em início de carreira, onde se registrava defasagem em relação ao mercado de trabalho, a GED representou o incremento de 48% em sua remuneração;

- O impacto altamente positivo da GED sobre a vida das instituições motivou o reajuste do seu valor a partir de janeiro de 2000 em 30%, com o que se logrou um acréscimo de 62,5% na remuneração global em menos de dois anos;
- Em maio de 2001, foram reestruturados os cargos e tabelas de vencimento do pessoal não docente, e introduzida a Gratificação de Desempenho de Atividade Educativa – GDAE. O acréscimo imediato de remuneração para os servidores de nível superior foi de 23%, e chegará a 42% a partir de janeiro de 2002 para os que obtiverem a melhor avaliação. Os dispositivos da Medida Provisória que inspiravam o receio de futuras discriminações contra os servidores estão sendo alterados na reedição de agosto, de modo a escoimar qualquer risco de redução de remuneração.

E os recursos alocados são bastante expressivos. Do crescimento de R\$ 1,9 bilhão no financiamento das universidades, cerca de R\$ 1,6 bilhão refere-se à remuneração de pessoal, em proporções quase idênticas entre ativos e inativos. E dos R\$ 3,8 bilhões despendidos com o pessoal ativo das universidades em 2000, uma média de 18%, ou cerca de R\$ 670 milhões correspondem a vantagens pessoais de servidores, decorrentes de adicionais, incorporações, concessões administrativas e sentenças judiciais. Isto significa que para cada real gasto na compra de material ou na conta de luz das universidades, outro real é apropriado por um servidor ativo, sem qualquer relação com sua atividade ou qualidade do trabalho atual. Estes seriam os grandes beneficiários de um reajuste linear, cegamente aplicado sobre o conjunto da folha de pessoal.

O impacto da aplicação de um tal reajuste sobre as despesas com pessoal da Administração Federal seria de mais de R\$ 50 bilhões. Ante a absoluta impossibilidade dessa ampliação de despesas, a política de remunerações praticada pelo Governo constitui uma resposta justa e inteligente aos desafios do desenvolvimento das instituições e da valorização dos servidores.

NOVA MATRIZ DE FINANCIAMENTO

Mais recursos, maior associação com mérito e menos política na distribuição de verbas

O conjunto de investimentos do Governo nas Universidades Federais indica com clareza o reconhecimento do papel diferenciado e relevante das IFES no sistema educacional do País. O investimento global em pessoal e custeio nas Universidades Federais, da ordem de 8 bilhões de reais, representa aproximadamente 0,7% do PIB brasileiro em 2001. Do total de recursos investidos, 90% destinam-se ao pagamento de pessoal.

Em relação à distribuição desse total dos recursos entre as IFES, mudanças profundas vêm ocorrendo nos critérios de alocação. Após uma série de estudos e discussões, o MEC adotou uma nova sistemática de financiamento, que passou a privilegiar exclusivamente o desempenho acadêmico-institucional em substituição ao modelo anterior, pautado basicamente por critérios históricos que pouco tinham a ver com a avaliação.

Até 1998, apenas 1% do total dos recursos repassados pelo MEC às universidades dependia de indicadores de qualidade. Percentual de 9% tinha relação com componentes físicos relacionados ao tamanho da instituição e, portanto, embutia um componente histórico de tamanho. E 90% eram divididos diretamente de acordo com um percentual historicamente definido. As mudanças permitiram aplicar melhor e de forma mais conseqüente os recursos disponíveis.

Com a implantação da nova matriz de financiamento, os recursos para manutenção e investimento das IFES tiveram um crescimento, passando de um total de R\$ 360 milhões para R\$ 424 milhões por ano. Além disso, em 1999 foi criado o Programa Interministerial de Apoio à Manutenção dos Hospitais Universitários, que tem repassado R\$ 60 milhões por ano para apoio ao custeio dos Hospitais de Ensino das IFES.

Investimentos em Programas

Recursos adicionais são, ainda, oriundos de programas especiais:

- Um grande esforço vem sendo feito para modernizar os laboratórios destinados ao ensino de graduação e os hospitais universitários. No ano 2000 foram entregues os primeiros equipamentos adquiridos pelo Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das IFES e Hospitais Universitários que está alocando recursos da ordem de 300 milhões

de dólares na modernização dos laboratórios e na recuperação do parque de equipamentos dos hospitais universitários;

- A partir de 1997 está em desenvolvimento o Programa de Recuperação e Ampliação do Acervo Bibliográfico, que reforçou as bibliotecas universitárias com a compra de mais de 770 mil livros;
- Os processos de informatização também tem sido alvo de preocupação e apoio por parte do MEC, tanto na área acadêmica e de novas metodologias de ensino, como na parte administrativa, para agilização dos procedimentos burocráticos inerentes às instituições públicas. Foram investidos cerca de R\$ 50 milhões. Os resultados podem ser verificados abaixo.

PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO – INDICADORES			
Indicador	1997	1999	Evolução %
Número de Pontos de Rede	20.164	62.809	211,49
Número de Micros na Graduação	13.919	24.849	78,53
Relação Alunos / Micro	27,99	16,27	72,01

Os Novos Fundos para Pesquisa

A criação do Fundo de Apoio à Infra-estrutura geral de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra) e dos fundos setoriais – antiga reivindicação da comunidade científica – é outra iniciativa que transforma de maneira substantiva o cenário do financiamento e da gestão da pesquisa.

O volume de recursos previstos para os próximos anos é significativo e independente das vicissitudes do orçamento da União. O mais importante porém é que esses recursos representam, de um lado, a possibilidade ímpar de estabilidade para o financiamento da pesquisa no país. E na medida que a maior parte das pesquisas são realizadas pelas universidades públicas, constituem uma nova possibilidade de recursos vinculados à produção científica. O Edital 01/2001, no valor de R\$ 150 milhões, dispõe sobre a aplicação em instituições federais de pelo menos 80% dos recursos.

O Fundo Setorial do Petróleo por exemplo, em operação desde 1999, aprovou 300 convênios de representam o aporte de recursos financeiros em Universidades e Centros de Pesquisa da ordem de R\$ 265 milhões. Nesse conjunto de projetos, as Instituições Federais de Ensino Superior representam 58% das instituições executoras e estarão recebendo recursos da ordem de R\$ 135 milhões.

SÍNTESE E CONCLUSÕES

1. O País investe 0,7 por cento do PIB exclusivamente no financiamento do sistema federal de ensino superior, o que representa 70 por cento das verbas do Ministério da Educação;
2. Em termos absolutos, o volume de recursos públicos postos à disposição das trinta e nove universidades federais pelo Ministério da Educação aumentou de R\$ 4,8 bilhões em 1995 para R\$ 6,7 bilhões em 2000;
3. Entre 1995 e 2001 foi autorizada a realização de concursos públicos para a incorporação de quase onze mil novos professores nas IFES.
4. Após décadas de estagnação, o número de alunos de graduação nas universidades cresceu 32% entre 1994 e 2000;
5. A Gratificação de Estímulo à Docência – GED, criada em 1998, representou expressivo acréscimo de até 62,5 por cento na remuneração dos professores;
6. Entre 1994 e 2000 o percentual de doutores entre os professores universitários subiu de 22% para 39%, enquanto o percentual de não titulados teve comportamento inverso;
7. A mesma tendência se verificou em todos os indicadores relevantes para qualquer universidade, (pesquisas, artigos, trabalhos, etc);
8. A relação entre alunos, professores e equipamentos como computadores e microscópios equipara-se à de universidades de primeira linha no resto do mundo;
9. No final do exercício de 2000, praticamente todas as universidades encontravam-se em dia com o pagamento das principais despesas de custeio, sendo as poucas exceções decorrentes de fatores muito específicos ou simplesmente de má administração interna.
10. O resultado da avaliação 2001 da pós-graduação realizada pela CAPES demonstra o avanço das federais no cumprimento de sua missão de qualificar quadros superiores para o ensino e a pesquisa e para atuar no setor produtivo.

Os dados e indicadores aqui apresentados comprovam portanto que, em lugar do sucateamento e da tendência à privatização do sistema, o que houve, de fato, foram avanços significativos que beneficiaram e beneficiam as Universidades Federais, seus professores e

alunos e, fundamentalmente, a Sociedade Brasileira, única razão para a existência, manutenção e desenvolvimento de um sistema de universidades públicas no País.